



## PRHOSPER - Previdência Rhodia

# Política de Investimentos

## Plano de Aposentadoria Suplementar

### Vigência: 2021 a 2025

Aprovado em:

**28/12/2020 - Reunião do Comitê de Investimentos**

**28/12/2020 - Reunião da Diretoria Executiva**

**29/12/2020 - Reunião do Conselho Deliberativo**

## Índice

1.	Introdução	1
2.	Governança Corporativa	1
3.	Diretrizes Gerais	6
4.	Plano de benefícios e Responsável Estatutário	6
5.	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação	7
6.	Limites	8
7.	Restrições	10
8.	Derivativos	10
9.	Apreçamento de ativos financeiros	11
10.	<i>Benchmarks</i> por segmento/mandato e metas de rentabilidade	11
11.	Gestão de Risco	12
12.	Desenquadramentos	18
13.	Observação dos Princípios Socioambientais	18
14.	Diretrizes - Carteira CD	18

## **1. Introdução**

A PRHOSPER - Previdência Rhodia é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída na forma da legislação pertinente em vigor, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária. Responsável pela gestão e administração do Plano de Aposentadoria Suplementar, contribuição definida.

Este documento estabelece a maneira como os ativos do plano Básico devem ser investidos e foi preparado para assegurar e garantir a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente dos ativos do plano. Os investimentos são selecionados de acordo com os critérios e definições das seções seguintes e em acordo com a legislação em vigor, Resolução/Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661, de 25 de maio de 2018, mais especificamente em seu Capítulo 4 “Da Política de Investimento”. Este dispõe sobre parâmetros mínimos como alocação de recursos e limites, utilização de instrumentos derivativos, taxa mínima atuarial ou índices de referência do plano, as metas de rentabilidade, metodologias adotadas para o apreamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, além dos princípios de responsabilidade socioambiental adotados.

## **2. Governança Corporativa**

A adoção das melhores práticas de Governança Corporativa garante que os envolvidos no processo decisório da Entidade cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete à Diretoria Executiva, que é a responsável pela administração da Entidade, a elaboração da Política de Investimento, devendo submetê-la para aprovação ao Conselho Deliberativo, o principal agente nas definições das políticas e das estratégias gerais da Entidade. Cabe ainda ao Conselho Fiscal, o efetivo controle da gestão da Entidade, de acordo com o Art. 19º, da Resolução CGPC Nº 13, de 1º de outubro de 2004, que deve emitir relatório de controle interno em periodicidade semestral sobre a aderência da gestão de recursos às normas em vigor e a esta Política de Investimento. Esta estrutura garante a adoção das melhores práticas de governança corporativa, evidenciando a segregação de funções adotada inclusive pelos órgãos estatutários.

Ainda de acordo com os normativos, esta Política de Investimento (PI) estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração desta Entidade, visando atingir e preservar o equilíbrio atuarial e a solvência do Plano de Aposentadoria Suplementar.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável<sup>1</sup>, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

---

<sup>1</sup> Resolução CMN Nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

## 2.1 Estrutura de tomada de decisão

As decisões sobre a alocação dos recursos, desde a estrutura dos investimentos até a definição dos mandatos e alocações táticas, devem respeitar o seguinte:



### Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela administração geral da PRHOSPER, cabendo-lhe executar as diretrizes e políticas fundamentais e legais e cumprir normas gerais definidas pelo Conselho Deliberativo, bem como atender às suas solicitações.

Cabe a Diretoria Executiva autorizar as aplicações financeiras e de disponibilidades eventuais, respeitadas as leis e regulamentos específicos e a política de investimentos definida pelo Conselho Deliberativo.

### Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da estrutura organizacional, sendo o responsável pela definição das políticas gerais da administração e dos planos de benefícios administrados pela PRHOSPER. No que se refere aos investimentos, possui como principal função a aprovação da Política de Investimentos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa da PRHOSPER.

### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão independente responsável pelo controle e pela fiscalização interna das atividades financeira e contábil da PRHOSPER, o qual apura eventuais irregularidades e atos ineficientes de gestão e sugere medidas saneadoras, em conformidade com a legislação vigente e com as normas internas. As operações realizadas deverão ser avaliadas pelo Conselho Fiscal, pelo menos semestralmente, verificando a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos.

## **Comitê de Investimentos**

O funcionamento do Comitê de Investimentos é regulado por um Regimento Interno aprovado pelo Conselho Deliberativo. A composição do Comitê de Investimentos deve assegurar no mínimo a participação do Diretor Financeiro, do AETQ, e de um terceiro membro designado pelo AETQ.

Para avaliação de investimentos específicos, ou estruturas mais complexas, o Comitê de Investimentos pode contratar análises de consultores externos ou de agências de classificação de risco. As informações serão usadas para subsidiar a decisão.

A adoção de Comitê de Investimento é considerada uma boa prática de mercado, sendo outra instância de decisão ou assessoramento.

## **Administrador Responsável pela Gestão de Riscos**

O administrador responsável pela gestão de riscos apoia o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva no que diz respeito a avaliação de riscos dos investimentos. Tem como finalidade zelar, assegurar e preservar o processo de análise de investimento da PRHOSPER, considerando as melhores práticas de governança corporativa.

É responsável pelas seguintes tarefas:

- Subsidiar e auxiliar a Diretoria e Conselho Deliberativo na definição da Política de Investimentos
- Acompanhar e avaliar a execução das políticas estabelecidas no que tange o risco
- Acompanhar e avaliar as sugestões de investimentos propostas pelo Comitê de Investimentos
- Propor métricas de acompanhamento de risco para os ativos da carteira
- Assegurar que os processos de seleção e avaliação de ativos estejam em conformidade com as métricas definidas pela PRHOSPER, nos seus manuais internos

O administrador de riscos pode contar com apoio de consultores externos especializados e com auxílio de outros membros da entidade para o desempenho de sua função.

## **Agentes envolvidos no processo de investimento**

### ***Consultoria***

A Consultoria deve ser responsável por:

- Prestar assistência ao time administrativo no aconselhamento do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e/ou Comitê de Investimentos, se aplicável, no que diz respeito a política de investimento, estratégia de alocação de ativos, ALM, análise de classes de ativos e estratégias dos gestores;
- Prestar suporte na decisão de alocação de ativos de crédito, quando indicado por um dos gestores terceirizados;
- Prestar apoio contínuo na discussão de cenários econômicos;
- Prestar suporte ao time administrativo no que tange o rebalanceamento dos portfólios e a destinação de recursos oriundos de juros, amortizações e contribuições no curto prazo.
- Prestar assistência na seleção de gestores de investimentos qualificados e assim como prestar assistência na supervisão dos gestores vigentes, incluindo, mas não se limitando a: monitoramento de mudanças do quadro funcional, quadro societário e no processo de investimento;

- Apresentar anualmente as certificações que habilitam a empresa e os profissionais que atendem a operar no mercado de capitais em conformidade com a legislação local;
- Elaborar relatórios mensais de enquadramento em relação as legislações aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- Elaborar relatórios mensais de enquadramento em relação a política de investimentos;
- Elaborar relatórios mensais de análise de riscos de acordo com as métricas previstas na política de investimentos;
- Elaborar relatórios mensais de performance dos investimentos por plano, fundo e perfil de investimento;
- Prestar apoio contínuo ao time administrativo na análise dos relatórios contratados;
- Evitar conflitos de interesses.

### ***Gestores de Investimentos:***

Os gestores de investimentos devem ter discricionariedade para direcionar e fazer a gestão dos investimentos e reinvestimentos dos ativos alocados para suas respectivas contas /fundos em conformidade com este documento, aplicando as legislações locais que regulam o Sistema de fundos de pensão assim como as diretrizes dos regulamentos/contratos. Os gestores de investimentos devem ser responsáveis por:

- Executar o mandato acordado e fazer a gestão dentro das diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos;
- Ser um gestor de investimentos devidamente registrado na CVM e ter experiência reconhecida durante um determinado número de anos como gestor de investimentos institucionais na respectiva especialidade que está sendo mandatado;
- Manter aderência ao estilo de gestão, conceitos e princípios pelos quais foram contratados, incluindo, mas não se limitando a desenvolver a estratégia da carteira/fundo, executar pesquisas e estudos assim como o monitoramento e comitês para decisões de compra, venda ou manutenção de ativos;
- Executar todas as transações em benefício da Entidade com corretoras e distribuidoras qualificadas para executar as ordens de compra e venda periodicamente para o melhor custo benefício para a Entidade e, quando adequado e aplicável, recapturar possíveis comissões em favor da Entidade e os fundos administrados;
- Comunicar maiores mudanças na visão do gestor de investimento sobre o cenário, sobre a estratégia de investimento e na estrutura da carteira/fundo;
- Comunicar mudanças significantes no quadro societário, estrutura organizacional, condições financeiras ou quadro de pessoal sênior.

### ***Administrador***

O Administrador deve ser responsável por:

- Reconciliar mensalmente as contas, transações e resumo dos dados dos ativos com as avaliações do custodiante e comunicar e resolver qualquer discrepância significativa com os dados do custodiante;

- Manter comunicação aberta e frequente com o time administrativo com relação a todos os problemas significantes relacionados a gestão dos ativos
- Comunicar toda informação pertinente que julgue ser significativa ao interesse ou que seja de material importância;
- Utilizar as melhores práticas de governança na administração da carteira;
- Realizar diariamente o cálculo da cota e do retorno das carteiras e manter meio eletrônico para informar a Entidade;
- Assegurar que os investimentos são realizados em conformidade com a legislação aplicável.
- Fornecer, de maneira tempestiva e efetiva, um relatório mensal das carteiras e fundos com as movimentações financeiras implementadas pelos gestores;
- Apresentar as demonstrações contábeis dos fundos a cada encerramento de exercício, assim como resultados das auditorias realizadas, incluindo todas transações realizadas no período. Esses relatórios e documentos devem ser apresentados dentro de um prazo de tempo aceitável, preferencialmente dentro do prazo de 30 dias a partir da data de entrega.

### ***Custodiante***

O custodiante deve ser responsável por:

- Realizar a custódia e controladoria total e completa das carteiras e fundos a ele atribuídos, incluindo o enquadramento dos investimentos em relação ao regulamento dos veículos nos quais são realizados os investimentos;
- Precificar os ativos das carteiras e fundos com prudência
- Reportar situações onde a precificação segura e precisa de determinado ativo não é possível ou declaradamente incerta;
- Oferecer assistência para completar algumas atividades como auditoria interna e independente ou algum pedido específico da Entidade.

### 3. Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta PI buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do plano, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano.

Esta Política de Investimento entrará em vigor em **01 de janeiro de 2021**. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 60 meses que se estenderá **até dezembro de 2025**, com revisões anuais, conforme especifica a Resolução Nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN Nº 4.661, que dispõe sobre parâmetros mínimos como alocação de recursos e limites, utilização de instrumentos derivativos, taxa mínima atuarial ou índices de referência do plano, as metas de rentabilidade, metodologias adotadas para o apereçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, além dos princípios de responsabilidade socioambiental adotados.

Havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas durante a vigência deste instrumento, esta PI e os seus procedimentos serão alterados gradativamente de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do Plano.

### 4. Plano de benefícios e Responsável Estatutário

Esta política de investimento apresenta as diretrizes para a aplicação dos recursos garantidores do **Plano de Aposentadoria Suplementar**, administrado pela **PRhosp** cujas principais características são:

- Tipo de Plano: Contribuição Definida (CD)
- CNPB: 1996.003119
- Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB): Arthur Pires
- Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)<sup>2</sup>: Valéria Bernasconi
- Administrador Responsável pela Gestão de Risco<sup>3</sup>: Valéria Bernasconi

O artigo 3 da CGPC 18, de 28 de março de 2006 que trata: "Sem prejuízo da responsabilidade do patrocinador ou do instituidor, a adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras são de responsabilidade dos membros estatutários da EFPC, na forma de seu estatuto, a qual deverá nomear, dentre os membros de sua Diretoria Executiva, administrador responsável pelo plano de benefícios".

<sup>2</sup> O Art. 7º - da Resolução CMN 4275 de 31/10/2013 que trata: "a EFPC deve designar o administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ), responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos."



<sup>3</sup> O Art. 9º - da Resolução CMN 4661 de Maio 2018 que trata: “A EFPC deverá designar administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos, considerando o seu porte e complexidade, conforme regulamentação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).”

## 5. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A Supervisão Baseada em Riscos apresentada pela PREVIC verifica a exposição a riscos e os controles sobre eles exercidos, atua de forma prudencial sobre as origens dos riscos e induz uma gestão proativa das Entidades. A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do sistema de previdência complementar fechado e do ambiente em que este se insere, visando assim à estabilidade e solidez do sistema.

A modalidade do plano de benefícios, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos: as metas de resultado do plano de benefícios e dos segmentos de aplicação; a alocação dos recursos nos diversos segmentos; os limites máximos de aplicação em cada segmento e ativo; os indexadores e prazos de vencimentos dos investimentos; a escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos; dentre outros.

O plano define estratégias de macro alocação específicas em função das características atuariais das carteiras que compõem o plano de benefícios. Para a carteira de Contribuição Definida (CD), a estratégia se baseou na assunção de risco almejando obter retorno de longo prazo.

- **Carteira CD:** referente aos recursos destinados às contas individuais do regime de Contribuição Definida.

As carteiras são compostas por lastros distintos. Os lastros são compostos por fundos de mesma característica e metas de retorno.

A tabela a seguir mostra os limites médios consolidados do plano no ano 2021, a partir da composição das diferentes carteiras:

### Plano Suplementar (carteira consolidada CD/Flex)

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO 2021	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	71%	40%	100%
Renda Variável	70%	16%	0%	40%
Investimentos estruturados	20%	6%	0%	20%
Investimentos no exterior	10%	4%	0%	10%
Imobiliário	20%	3%	0%	20%
Operações com participantes	15%	0%	0%	15%

A alocação objetivo das carteiras foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta política de investimento. O cenário, assim como as expectativas macroeconômicas, é descrito no anexo “**Alocação Estratégica de Investimentos 2021**”. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

É importante frisar que mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que obriga os administradores do plano a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação de cada segmento.

Os gestores devem respeitar os limites inferiores, superiores e *targets* dos mandatos individuais.

### 5.1. Expectativas de Retorno

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer, mensuradas através de um modelo estocástico que observa a volatilidade histórica apresentada por eles para estimar as possíveis variações, dada uma expectativa de retorno. A correlação entre os ativos que já se encontram na carteira e os que são passíveis de aplicação também é uma variável importante para esta definição.

O resultado desta análise se encontra no quadro abaixo, que demonstra a expectativa de retorno da Entidade em relação a cada segmento de aplicação, bem como os compara com o que foi observado no último período.

Para a carteira CD consolidada (todos os perfis) as expectativas são:

*(composição estimada em novembro 2020 todos os perfis)*

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO 2021	EXPECTATIVA DE RETORNO 2021(ano)
Renda Fixa	71,00%	4,68%
Renda Variável	16,00%	22,57%
Investimentos estruturados	6,00%	4,29%
Imobiliário	3,00%	3,39%
Investimentos no exterior	4,00%	8,72%

\*A alocação objetivo 2021 consolidada CD será o resultado da composição das escolhas individuais dos participantes após a campanha 2020, podendo ser alterada mensalmente de acordo com as entradas e saídas individuais de cada carteira

## 6. Limites

Na aplicação dos recursos, o plano observa os limites estabelecidos por esta Política de Investimento e pela Resolução CMN Nº 4.661 de 25 de maio de 2018, conforme tabelas abaixo.

### Concentração de recursos por modalidade de investimentos

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Renda Fixa	100%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	100%
Fundos de índices de títulos públicos negociados em bolsa	100%	100%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	55%

Ativos de instituições bancárias	80%	55%
Ativos de sociedade por ações de capital aberto e securitizadoras	80%	55%
Fundos de índices de renda fixa negociados em bolsa	80%	55%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	0%
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País	20%	0%
Ativos de instituições financeiras não bancárias	20%	20%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado	20%	20%
FIDC, FICFIDC, CCB com coobrigação bancária e CCCB com coobrigação bancária	20%	20%
CPR, CDCA, CRA e Warrant Agropecuário	20%	0%
<b>Renda Variável</b>	<b>70%</b>	<b>40%</b>
Ações de companhias abertas com classificação de governança corporativa	70%	40%
Ações de companhias abertas sem classificação de governança corporativa	50%	40%
Brazilian Depositary Receipts (BDRs) nível II e III	10%	10%
Certificados de ouro físico negociado em bolsa de valores	3%	3%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>
Fundos de Participação	15%	0%
Fundos Multimercados Estruturados	15%	15%
Fundos classificados como "Ações - Mercado de Acesso"	15%	15%
Certificado de Operações Estruturadas (COEs)	10%	10%
<b>Imobiliário*</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>
Fundos Imobiliários e cotas de Fundos Imobiliários	20%	20%
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)	20%	20%
Cédula de Crédito Imobiliários (CCIs)	20%	20%
<b>Operações com participantes</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>
Carteira de empréstimos	15%	15%
Financiamentos imobiliários	15%	15%
<b>Investimentos no Exterior</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>
Cotas de Fis e FICFIs classificados como "Divida Externa"	10%	10%
Cotas de fundos de índice do exterior negociados em bolsa do Brasil	10%	10%
Fundos com sufixo "Investimentos no Exterior" que invistam no mínimo 67% em FIs no exterior	10%	10%
Fundos com sufixo "Investimentos no Exterior" que invistam menos que 67% em FIs no exterior	10%	10%
Brazilian Depositary Receipts (BDRs) nível I	10%	10%
Ativos financeiros no exterior que pertences a fundos constituídos no Brasil não previstos anteriormente	10%	10%

\* A Resolução CMN Nº 4.661 estabelece que o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à carteira própria será considerado para o cômputo do limite em relação aos recursos de cada plano. Em até doze anos, a contar da entrada em vigor da Resolução, as EFPC deverão alienar o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria ou constituir FII para abrigá-los.

### ***Alocação por Emissor (plano)***

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
Demais emissores	10%	10%

## Concentração por Emissor (EFPC)

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% do Capital Total de uma mesma Companhia Aberta	25%	25%
% do Capital Votante de uma mesma Companhia Aberta	25%	25%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25%	25%
% do PL de um FIDC ou FICFIDC	25%	25%
% do PL de Fundo de Índice de renda fixa ou de ações de Companhia Aberta	25%	25%
% do PL de um fundo classificado no segmento estruturado	25%	25%
% do PL de um Fundo Imobiliário (FII) ou FICFII	25%	25%
% do PL de FI que aplicam em cotas de fundos de índice no exterior, BDRs nível I ou que invistam no máximo 67% em FIs no exterior	25%	25%
% do Patrimônio Separado de Certificado de Recebíveis com Regime Fiduciário	25%	25%
% do PL do emissor de debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado	15%	15%
% do PL de fundos constituídos no exterior que são investidos por meio de fundos brasileiros que invistam no mínimo 67% em FIs no exterior	15%	15%
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25%

## 7. Restrições

Na aplicação dos recursos, o plano observa as vedações estabelecidas pela Resolução CMN N° 4.661 de 25 de maio de 2018 para as modalidades de investimento elegíveis.

Cabe ressaltar que as restrições para aplicação em títulos e valores mobiliários estabelecidas nos tópicos a seguir são válidas somente para os veículos de investimento exclusivos. As aplicações em cotas de fundos abertos condominiais, realizadas diretamente ou por intermédio de carteira própria, estão sujeitas somente à legislação aplicável e aos seus regulamentos e mandatos específicos.

### 7.1 Títulos do Tesouro Nacional

É vedada a aquisição dos seguintes títulos emitidos ou refinanciados pelo Tesouro Nacional:

- Moedas de Privatização;
- Títulos da Dívida Agrária;
- Títulos Estaduais e Municipais.

### 7.2 Restrições adicionais para fundos exclusivos

Especificamente para os fundos exclusivos, não será permitida:

- A aquisição de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) cujo *underwriter* seja o administrador ou gestor do fundo ou outra Entidade ligada ao seu controlador.

### 7.3 Investimentos realizados junto ao patrocinador

É vedado a aquisição de ativos ligados ao patrocinador, sejam eles realizados em carteira própria ou via fundo de investimento exclusivo.

## 8. Derivativos

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN Nº 4.661 e regulamentações posteriores.

O controle da exposição em derivativos será feito por meio do monitoramento:

- Dos níveis de margem depositada como garantia de operações com derivativos; e
- Das despesas com a compra de opções.

O controle da exposição a derivativos deve ser realizado individualmente por veículo de investimento. Os limites devem ser medidos em relação às alocações em:

- Títulos da dívida pública federal;
- Títulos de emissão de instituições financeiras (CDB, RDB, DPGE, etc); e
- Ações integrantes do Índice Bovespa.

A soma dos investimentos nesses ativos deve ser considerada como denominador na conta da exposição, que devem respeitar os seguintes limites:

- Até 15% (quinze por cento) de depósito de margem para operações com derivativos;
- Até 5% (cinco por cento) de despesas com compra de opções.

A utilização de derivativos nos veículos exclusivos se dará em função de dois objetivos distintos, proteção ou posicionamento.

## 9. Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais o plano aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela ANBIMA. Isso não exclui a possibilidade, porém, de o plano contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa de compra do papel, método chamado de marcação na curva.

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela EFPC (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Res. CNPC nº 37, de 13 de março de 2020.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pela Entidade são os mesmos estabelecidos por seu custodiante e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendável que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas ou em bolsas de valores, mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

De acordo com o manual de boas práticas da PREVIC “A verificação do equilíbrio econômico e financeiro dos planos de benefícios depende da precificação dos ativos, ou seja, é preciso que a Entidade busque, diretamente ou por meio de seus prestadores de serviços, modelos adequados de apreçamento. A forma de avaliação deve seguir as melhores práticas do mercado financeiro na busca do preço justo, considerando-se ainda a modalidade do plano de benefícios”.

O controle da marcação dos papéis é feito por meio de relatórios gerados mensalmente por consultores contratados.

## 10. Benchmarks por segmento/mandato e metas de rentabilidade

A Resolução CMN Nº 4.661 exige que as Entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (*benchmarks*) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou *benchmark*, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir, rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos de longo prazo do plano.

As definições estão no item 14 deste documento, onde foram estabelecidas as diretrizes de cada parcela de risco do plano.

## 11. Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo II, “Dos Controles Internos, da Avaliação e Monitoramento de Risco e do Conflito de Interesse”, da Resolução CMN Nº 4.661/2018, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. Da mesma forma, o GUIA PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos sugere diversos controles que devem ser levados em consideração quando da análise dos investimentos.

No caso dos investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados periodicamente pela EFPC.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização.

A definição dos limites de riscos depende de alguns fatores, como: Definição das formas de medir e comunicar sobre o volume de risco (*VaR, B-VaR, duration, gap, etc.*).

Como a estrutura de investimentos de um plano pode atribuir discricionariedade de parte da administração dos recursos a terceiros contratados, o controle de alguns dos riscos identificados será feito pelos próprios gestores externos, por meio de modelos que devem contemplar, no mínimo, os itens e parâmetros estabelecidos neste documento.

RISCO	RESPONSÁVEL PELO CONTROLE
Risco de mercado	Gestor
Risco de crédito	Gestor
Risco de liquidez	Gestor
Risco da exposição em derivativos	Gestor
Risco de terceirização	Entidade
Risco operacional	Gestor/Entidade

Risco legal	Gestor/Entidade
Risco sistêmico	Gestor/Entidade

Esse tópico disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN Nº 4.661 e por esta política de investimento.

### **11.1. Risco Atuarial**

O risco atuarial é proveniente da não aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para a Entidade honrar (dependendo da característica do plano) com os benefícios a serem pagos aos participantes do plano.

De acordo com a Resolução CNPC Nº 15 de 19 de novembro de 2014, a Entidade deve comparar as probabilidades de ocorrência de morte ou invalidez constantes na tábua biométrica utilizada em relação àquelas constatadas junto à massa de participantes e assistidos, e confrontar a convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores (Instrução Normativa nº 23/2015 estabeleceu orientações e procedimentos para os estudos de aderência).

### **11.2. Risco de Mercado**

Segundo a Resolução CMN Nº 4661/2018, as Entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado será feito através de duas ferramentas estatísticas: (i) *Value-at-Risk (VaR)* e (ii) *Stress Test*. O *Value-at-Risk* estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada nas condições atuais de mercado. O *Stress Test* avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário.

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

#### **VaR**

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do *Value-at-Risk (VaR)* com o objetivo de a Entidade controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios. Este será calculado com os seguintes parâmetros:

- Modelo: não-paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte: 21 dias úteis.

O controle de riscos deve ser feito de acordo com as carteiras (ver diretrizes da carteira CD).

### ***Benchmark-VaR***

Para os investimentos em mandatos, o controle de risco será feito por meio do *B-VaR*, um modelo indicado para avaliar a aderência da gestão. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo ou carteira em relação ao retorno esperado para o *benchmark* definido.

O cálculo do *B-VaR* considerará:

- Modelo: não-paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.

O controle de riscos deve ser feito de acordo com as carteiras (ver diretrizes da carteira CD).

Os limites e os objetivos estipulados foram encontrados através da expectativa de retorno definida no cenário para cada mandato/segmento.

### ***Análise de Stress***

A avaliação dos investimentos em análises de *stress* passa pela definição de cenários de *stress*, que podem considerar mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreçamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de *stress* não precisam apresentar relação com o passado, uma vez que buscam simular futuras variações adversas.

Para o monitoramento do valor de *stress* da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Cenário: BM&F.
- Periodicidade: mensal.

O modelo adotado para as análises de *stress* é realizado por meio do cálculo do valor a mercado da carteira, considerando o cenário atípico de mercado e a estimativa de perda que isso pode gerar.

Cabe registrar que essas análises não são parametrizadas por limites, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, em possibilidade de perda. O acompanhamento terá como finalidade avaliar o comportamento da carteira em cenários adversos para que os administradores possam, dessa forma, balancear melhor as exposições.

## ***11.3. Risco de Crédito***

### ***Abordagem Qualitativa***

O risco de crédito dos investimentos do plano será avaliado com base em estudos e análises produzidos por gestores que invistam em crédito, pela própria Entidade ou contratados junto a prestadores de serviço.

A Entidade utilizará para essa avaliação os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil. Os ativos serão enquadrados em duas categorias:



- Grau de investimento;
- Grau especulativo.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Para títulos emitidos por instituições financeiras, será considerado o *rating* da instituição;
- Para títulos emitidos por instituições não financeiras, será considerado o *rating* da emissão, e não o *rating* da companhia emissora;

É preciso verificar se a emissão ou emissor possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

RATING MÍNIMO PARA CLASSIFICAÇÃO COMO GRAU DE INVESTIMENTO (POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO) – ESCALA BRASILEIRA			
Agência de Classificação de Risco	Emissões Bancárias	Emissões Corporativas	Crédito Estruturado
	Longo Prazo	Longo Prazo	Longo Prazo
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Standard & Poor's	brA-	brA-	brA-

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, desde que observadas as seguintes condições:

- Os títulos ou emissores que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria “Grau Especulativo”;
- Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel ou emissor, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- O enquadramento dos títulos ou emissores será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

### **Exposição a Crédito**

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação a cada carteira, sendo definidos limites nas diretrizes da carteira CD.

O limite para títulos classificados na categoria grau especulativo visa comportar eventuais rebaixamentos de *ratings* de papéis já integrantes da carteira consolidada de investimentos, papéis que já se enquadram nesta categoria e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais (mandato não-discricionário). Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido, em nenhuma hipótese, como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria “grau especulativo” por parte dos gestores exclusivos das carteiras e fundos.

#### **11.4. Risco de Liquidez**

O risco de liquidez, no caso do Plano Suplementar, é definido pela possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no seguinte indicador:

- Percentual da carteira que pode ser negociada em condições adversas;

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio do controle do percentual da carteira que, em condições adversas (20% do volume médio de negócios), pode ser negociada em um determinado horizonte de tempo. Esses valores deverão obedecer aos limites mínimos estabelecidos para cada carteira.

#### **11.5. Risco Operacional**

Como Risco Operacional é “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”, a gestão realizará ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

#### **11.6. Risco de Terceirização**

Na administração dos recursos financeiros a Entidade adota o processo de terceirização total dos investimentos, exceto carteira de imóveis conduzida em gestão interna. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

Em linha com o que estabelece o Guia de Melhores Práticas para Investimentos Previc em seu item 63: “O procedimento de seleção dos gestores, pela EFPC, deve conter histórico, justificativas, documentação relacionada, entre outros.”, a Entidade mantém um procedimento formal denominado **Diretrizes para Seleção de Agentes Fiduciários**, revalidado periodicamente junto ao Conselho Deliberativo.

#### **11.7. Contratação de Agentes Fiduciários**

A contratação de agentes fiduciários, tal como gestores, custodiantes, administradores e consultores, deve ser precedida de análise da capacidade técnica desses prestadores de serviços, a partir de métricas adequadas a cada uma de suas funções.

Somente poderão ser contratados aqueles prestadores que cumpram as exigências mínimas previstas pela Resolução CMN Nº 4.661 quanto a seus cadastros e certificações junto aos órgãos competentes. Adicionalmente, serão observadas as questões de conflitos de interesse, sempre visando à inexistência de tais situações, sobretudo nas questões relacionadas à gestão de recursos, avaliação de riscos e enquadramento.

### **11.8. Risco Legal**

O risco legal está relacionado à não-conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelo Conselho Fiscal;
- Da revisão dos regulamentos dos veículos de investimentos exclusivos, realizados pela Diretoria Executiva;
- Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

### **11.9. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 entrou em vigor em setembro de 2020. Tem o propósito de garantir transparência, privacidade e dita regras a respeito da coleta, compartilhamento, classificação, utilização, reprodução, arquivamento e armazenamento dos dados pessoais de pessoas físicas. A Entidade possui estrutura focada no controle de riscos e adota boas práticas quanto à segurança da informação da entidade, participantes e dos seus investimentos. Decidiu-se que ao longo da vigência desta política, os princípios da LGPD serão observados e instituídos nos processos da Entidade.

### **11.10. Risco Sistêmico**

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de emissores, bem como a diversificação dos limites por modalidades de investimentos e concentração por investimentos.

O acompanhamento do risco sistêmico é feito a partir do método de controle dos limites definidos por Modalidade de Investimento, Alocação por Emissor, Concentração por Emissor e Concentração por Investimento definidos nesta política de investimentos, devendo todos os investimentos da Entidade estarem devidamente inseridos dentro dos critérios estabelecidos em cada item. A combinação de acompanhamento destes limites juntamente com os demais controles definidos

nesta Política de Investimentos são os controles utilizados pela Entidade para reduzir o risco sistêmico na gestão do Plano.

## 12. Desenquadramentos

Apesar de todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos mínimos devem ser observados:

- O desenquadramento ocasionado por erros ou falhas internas deve gerar procedimento de revisão de processos, e adequação formal deles;
- O desenquadramento gerado por descumprimento da legislação, no que concerne aos recursos investidos, deve gerar sanções ao gestor de recursos, que podem ir desde sua advertência até o resgate da totalidade dos recursos investidos;
- Os desenquadramentos gerados de natureza passiva não são considerados como infringência aos limites da legislação vigente, sendo que o reenquadramento deverá ser realizado conforme os ditames legais.

## 13. Observação dos Princípios Socioambientais

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental.

A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da Entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável.

Como a Entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos e regras.

## 14. Diretrizes - Carteira CD

No sentido de disponibilizar opções de investimento aos Participantes e Beneficiários dos referidos planos de benefícios, foi criado o Programa de Carteiras de Investimentos da PRhosper Previdência Rhodia (“**FLEX Invest**”), implementado no decorrer de 2014.

Ao Participante e ao Beneficiário do Plano de Aposentadoria foi facultada a adesão ao Programa FLEX Invest e a opção por uma das Carteiras de Investimentos oferecidas pela Entidade. As carteiras estão definidas no Regimento Interno do Programa Flex Invest, e poderão variar em função do volume alocado em ativos entre os diversos segmentos.

Cada Carteira de Investimentos tem a sua rentabilidade apurada mensalmente pelo sistema de cotas. A evolução do valor da cota inicial é diferenciada para cada uma das Carteiras em função da combinação da rentabilidade de cada um dos segmentos, respeitando os valores mínimos e

máximos, dos fluxos financeiros dos passivos vinculados à cota, dos custos de administração atribuídos aos investimentos, propiciando desta forma diferentes rentabilidades para as diferentes Carteiras.

## Alocação dos investimentos

### Carteira CD consolidada - limites máximos e mínimos

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO 2021	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	71%	40%	100%
Renda Variável	70%	16%	0%	40%
Investimentos estruturados	20%	6%	0%	20%
Investimentos no exterior	10%	4%	0%	10%
Imobiliário	20%	3%	0%	20%
Operações com participantes	15%	0%	0%	15%

A alocação objetivo consolidada de todas as carteiras da modalidade CD, indicada na tabela acima refere-se ao objetivo de alocação de investimentos em 2021. Esta alocação poderá variar em decorrência da escolha dos participantes que aderiram ao **Programa FLEX Invest – Programa de Carteiras de Investimentos da PRhosper Previdência Rhodia**, bem como pela evolução das carteiras renda variável, renda fixa, e investimentos no exterior.

A alocação objetivo consolidada CD 2021 será o resultado da composição das escolhas individuais dos participantes, podendo ser alterada mensalmente de acordo com as entradas e saídas individuais de cada carteira.

### Carteira CD Padrão

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	72%	60%	90%
Renda Variável	70%	15%	10%	20%
Investimentos estruturados	20%	6%	0%	20%
Investimentos no exterior	10%	4%	0%	10%
Imobiliário	20%	3%	0%	20%
Operações com participantes	15%	0%	0%	15%

### Carteira Flex 0

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa - Estratégia	100%	98%	90%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	0%
Investimentos estruturados	20%	0%	0%	0%

Investimentos no exterior	10%	0%	0%	0%
Imobiliário	20%	2%	0%	5%
Operações com participantes	15%	0%	0%	15%

## Carteira Flex 15

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa - Estratégia	100%	72%	60%	90%
Renda Variável	70%	15%	10%	20%
Investimentos estruturados	20%	6%	0%	20%
Investimentos no exterior	10%	4%	0%	10%
Imobiliário	20%	3%	0%	20%
Operações com participantes	15%	0%	0%	15%

## Carteira Flex 30

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa - Estratégia	100%	44%	40%	80%
Renda Variável	70%	30%	20%	40%
Investimentos estruturados	20%	12%	0%	20%
Investimentos no exterior	10%	8%	0%	10%
Imobiliário	20%	6%	0%	20%
Operações com participantes	15%	0%	0%	15%

## Índices de Referência

SEGMENTO/MANDATO	BENCHMARK
Plano Suplementar	150% CDI
Carteira CD Padrão	148% CDI
Carteira Flex 0	116% CDI
Carteira Flex 15	148% CDI
Carteira Flex 30	181% CDI
Renda Fixa	CDI + 1,50% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA
Investimentos estruturados	IHFA + 0,75% a.a.
Imobiliário	IFIX
Investimentos no exterior	INPC + 5,25% a.a.

Investimentos no exterior - RF	CDI + 3,00% a.a.
Investimentos no exterior - RV	MSCI

SEGMENTO	Estimativa 2021		
	Cenário Base	Cenário Pessimista	Cenário Otimista
Renda Fixa	4,68%	2,00%	6,44%
Renda Variável	22,57%	-14,26%	40,76%
Estruturados	4,29%	-1,62%	8,38%
Exterior	8,72%	-14,77%	19,98%
Imobiliário	3,39%	-1,08%	7,12%
Operações com Participantes	8,72%	6,90%	9,44%

SEGMENTO	RENTABILIDADE					
	Últimos 5 anos	2016	2017	2018	2019	2020
Plano	66,52%	17,15%	12,83%	9,38%	14,10%	0,94%
Renda Fixa	56,09%	16,27%	10,94%	8,43%	10,08%	1,38%
Renda Variável	155,40%	25,51%	26,81%	15,55%	39,68%	-0,57%
Investimentos Estruturados	-	-	-	-	-	1,67%
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-	-1,18%
Imobiliário	-	-	-	-	-	-

\* Rentabilidades referentes ao período de Janeiro até Novembro/2020. Estruturados e Exterior a partir de out/20.

## Política de gestão de risco

### Risco de mercado – B-VAR

SEGMENTO	LIMITE	BENCHMARK	HORIZONTE DE TEMPO
Renda Fixa – Híbrido (CD)	2,0%	78,00% (CDI + 1,00%aa) + 22,00% IMA B	21 dias
Renda Variável	10,0%	IBOVESPA	21 dias

### ***Risco de mercado – VAR***

NOME DO LASTRO	LIMITE	HORIZONTE DE TEMPO
Renda Fixa – Carteira CD	2,50%	21 dias
Investimentos estruturados	6,00%	21 dias

### ***Risco de crédito***

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis.

O controle do risco de crédito deve ser feito de acordo com os seguintes limites:

NOME DO LASTRO (MULTICOTAS)	CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Renda Fixa – Fundos Estratégia	Grau de investimento + Grau especulativo	55%
	Grau especulativo	6%

Cabe frisar que as aplicações em fundos exclusivos ou abertos da Entidade destinadas a liquidez das Contas Coletivas não devem ser consideradas na verificação do limite.

O limite para títulos classificados na categoria grau especulativo visa comportar eventuais rebaixamentos de ratings de papéis já integrantes da carteira consolidada de investimentos, papéis que já se enquadram nesta categoria e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais (mandato não discricionário). Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido, em nenhuma hipótese, como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria “grau especulativo” por parte dos gestores exclusivos das carteiras e fundos.

### ***Risco de liquidez***

#### ***Percentual da carteira negociável***

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio do controle do percentual da carteira que, em condições adversas (20% do volume médio de negócios), pode ser negociada em um determinado horizonte de tempo.

Os limites mínimos são os seguintes:

HORIZONTE	PERCENTUAL DA CARTEIRA
1 (um) dia útil	5%
21 (vinte e um) dias úteis	10%

Esse controle é aplicável ao consolidado dos investimentos da carteira CD.